



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Política Social e Serviço Social**

**Sub-eixo: Políticas Públicas Setoriais**

## **A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA (LGBTQIAPN+) E AS POLÍTICAS PÚBLICAS**

**BIANCA RESENDE DA SILVA<sup>1</sup>**

### **RESUMO:**

O trabalho analisa o crescimento da população em situação de rua LGBTQIAPN+ e seu o processo de invisibilidade nas ruas. O texto, fruto de reflexão teórica com base em revisão bibliográfica e pesquisa documental, apresenta dados sobre o crescimento do grupo LGBTQIAPN+ em situação de rua e as principais políticas públicas e redes de proteção social no município do Rio de Janeiro.

**Palavras-chave:** população em situação de rua, LGBTQIAPN+, políticas públicas.

### **ABSTRACT:**

The work analyses the growth of the homeless population LGBTQIAPN+ their process of invisibility on the streets. The text, the result of theoretical reflection based on a bibliographic review and documentary research, presents data on the growth of the group LGBTQIAPN+ in homeless situations and the main public policies and social protection networks in the municipality of Rio de Janeiro.

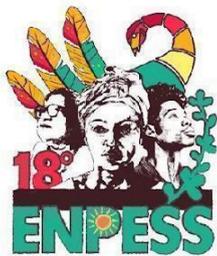
**Keywords:** homeless population, LGBTQIAPN+, public policies.

## **INTRODUÇÃO**

O presente artigo apresenta reflexões sobre o crescimento da População em Situação de Rua (PSR) do grupo de pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queer, Intersexo, Assexuais, Pansexuais, Não binárias, etc (LGBTQIAPN+). A importância dessa discussão está em compreender o processo de invisibilização desse público nas ruas. Os documentos oficiais, como os Censos municipais, notas técnicas do IPEA e outros relatórios contam com informações sobre idade, sexo, nível de instrução, formas de renda e acesso aos

---

<sup>1</sup> Universidade Federal Fluminense



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

serviços de assistência, porém, por longo período, ignoraram uma questão importante a ser analisada: a identidade de gênero e a orientação sexual.

A sociedade impõe um padrão cisgênero e cisheteronormativo, ou seja, ao nascer a pessoa é definida pela sua genitália como masculina ou feminina. A existência de uma imposição biológica e cultural construída historicamente, em que aqueles que estão fora do padrão heteronormativo socialmente definido acabam sofrendo discriminação, tratamento diferenciado hierarquicamente, com um sentido inferiorizado, pela sociedade e pela família (Santos, 2018).

Destacamos que os preconceitos e as discriminações podem levar ao crescimento desse grupo nas ruas, e ao mesmo tempo a um processo de invisibilização dos LGBTQIAPN+ que estão vivendo essa situação. Diante disso, o trabalho apresenta uma análise dos Censos do Rio de Janeiro e de São Paulo, dados do IPEA, para verificar o crescimento desse segmento populacional no contexto recente.

Em seguida, também faz apontamentos acerca das políticas públicas específicas para este público no município do Rio de Janeiro, e sua relação com as demais redes de proteção social. Por fim, apresenta algumas instituições não governamentais que atuam diretamente com a população em situação de rua LGBTQIAPN+ como: Projeto Ruas, Todos Pela Vida e Projeto Transportar.

## 1. O CRESCIMENTO DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA LGBTQIAPN+

É necessário destacarmos que nos anos do governo Bolsonaro, onde vivenciamos a crise sanitária, as desigualdades sociais se escancararam no nosso país. De acordo com o relatório “População em Situação de Rua – Diagnóstico com base nos dados e informações disponíveis em registros administrativos e sistema do governo federal”<sup>2</sup>, chegamos ao final de 2022 com “236.400 pessoas em situação de rua inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais (Cadastro Único), ou seja, 01 em cada 1.000 pessoas no Brasil estava vivendo em situação de rua” (Brasil, 2023). Uma massa de homens e mulheres negros(as) vivenciando o processo de rualização.

O Decreto nº 7.053/2009 regulamenta a Política Nacional de População em Situação de Rua como sendo

<sup>2</sup>O

O grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (Brasil, 2009, p. 01).

Dentro desse grupo heterogêneo encontramos a presença de pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queer, Intersexo, Assexuais, Pansexuais, Não binárias (LGBTQIAPN+), um assunto complexo de se debater, pois envolve várias categorias de análise para além da multifatorialidade do processo de realização. A orientação sexual e a identidade de gênero diferentes do padrão cisheteronormativo hegemônico, ocasionam múltiplas expressões de violência a esse grupo populacional que vive nas ruas.

Para melhor compreensão a identidade de gênero significa como a pessoa se reconhece: homem, mulher, ambos ou outros gêneros. O indivíduo pode se identificar como transgêneros (não se identifica com gênero que nasceu), cisgêneros (se identifica com o gênero que nasceu) e não-binário (não se reconhece em nenhum gênero ou transita entre eles). A orientação sexual se refere por quem a pessoa sente atração romântica e ou sexual, as mais comuns são a heterossexual, homossexual, bissexual.

Segundo Machado,

Entendemos a população LGBTQIA+ como uma comunidade de indivíduos que se declara e se apresenta à sociedade como pessoas de identidades de gênero e orientação sexual contrárias ao padrão da heteronormatividade, isto é, se constituem de lutas e bandeiras coletivas no campo da afirmação de suas identidades de gênero e orientações sexuais contra um modelo sexista binário que predomina ideologicamente e historicamente na sociedade (Machado, 2022, p. 30).

São inúmeros os fatores que levam as pessoas à situação de rua dentro do grupo LGBTQIAPN+, pois se trata de um fenômeno com muitas determinações, expressando fatores estruturais da sociedade capitalista, conjunturais, econômicos, sociais e que na atualidade são agravados pela barbarização da vida no cenário mais recente de agudização da crise, levando ao crescimento dessa população.

Destacamos a discriminação pela orientação sexual e identidade de gênero diferente, a homofobia que em muitos casos leva ao abandono familiar, o preconceito nos diversos ambientes (escolar, laboral, familiar etc.) (Machado, 2022). A violência que esse grupo populacional vivencia dentro de casa e na escola os leva a buscar as ruas como um espaço de sobrevivência.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Para Antunes (2018), as transformações no mundo do trabalho, advindas principalmente da reestruturação produtiva, conduz ao crescimento da classe trabalhadora sem qualquer proteção, regulamentação contratual e expropriados de todos os direitos. Sintetizando, para o autor é o aumento do desemprego, do subemprego, da informalidade, onde teremos diferentes manifestações ou modos de ser da informalidade, sempre conectados com a criação de valor. Esses processos ajudam na ampliação da superpopulação relativa. E, como consequência, no aumento de pessoas em situação de rua, sem moradia, sem trabalho, sem direito, sem futuro (Silva, 2023).

O segmento do grupo dos LGBTQIAPN+ ainda enfrenta a baixa escolarização e falta qualificação profissional devido aos preconceitos, discriminação e homofobia e parcela desse grupo é obrigada a abandonar os estudos e ingressar e se manter no mercado informal de trabalho. Alinhado a isso, está a dificuldade da família em aceitar aquilo que está fora do padrão cisheteronormativo, levando ao abandono familiar, a precárias condições de saúde, ao uso de álcool e outras drogas, crescendo o número de jovens LGBTQIAPN+ que passam à situação de rua, vivenciando todas as formas de violência e violação dos direitos.

A primeira Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, realizada em 2009, não inclui dados sobre o grupo LGBTQIAPN+. Como o Brasil não realiza contagem oficial da população em situação de rua, em nível nacional, desde 2009, optamos pela análise dos dados dos Censos municipais de São Paulo/SP e Rio de Janeiro/RJ. Por isso, centralizamos a pesquisa nestas cidades de grande porte para verificar o crescimento desse grupo populacional por série histórica, focando principalmente no cenário mais recente.

Ao recuperarmos a série histórica dos Censos da cidade de São Paulo (2009, 2011, 2015, 2019, 2021) para observar o crescimento da PSR/LGBTQIAPN+, buscamos analisar nesses documentos os dados em relação à identidade de gênero e orientação sexual.

O Censo de 2009 do município de São Paulo não apresenta informações sobre a identidade de gênero, apenas apresenta a variável sexo de nascimento – cisgênero –, essa população é majoritariamente masculina e adulta, sendo do sexo masculino: 79,4% e do sexo feminino: 16,4% (FIPE, 2009, p. 41). O Censo de 2011 também só apresenta dados da variável sexo de nascimento. Verifica-se a permanência de pessoas do sexo masculino (82%) em relação ao sexo feminino (13%) (FESPSP, 2012, p. 9).

Em relação ao sexo, o Censo de 2015 confirma a tendência de maior predomínio de homens adultos em situação de rua (84%) em relação às mulheres, que representam 16% dessa



Encontro Nacional de Pesquisadoras e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

população. E, novamente, as variáveis demográficas não apresentam dados em relação à identidade de gênero (FIPE, 2015, p. 56).

O Censo do município de São Paulo em 2019, pela primeira vez, apresenta a pergunta: “Você se identifica com o sexo que você nasceu?”, possibilitando reconhecer que “97,3% da população em situação de rua respondeu que se identificam com o sexo de nascimento, ou seja, é cisgênero. 1,1% se identificou como mulher transexual, 0,3% como travesti e também 0,3% como homem transexual. 0,9% ainda respondeu a opção outros” (FIPE/SMADS, 2015, p. 41). Dentro da variável sexo de nascimento, entre as respostas válidas, verificou-se que 85% do sexo masculino e 15% do sexo feminino apresentam um pequeno decréscimo no número de mulheres em situação de rua com relação ao Censo de 2015 (SMADS, 2019, p. 97).

Gráfico com as variáveis demográficas da população em situação de rua em 2019 em SP

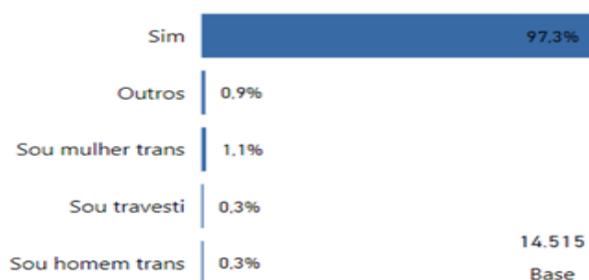
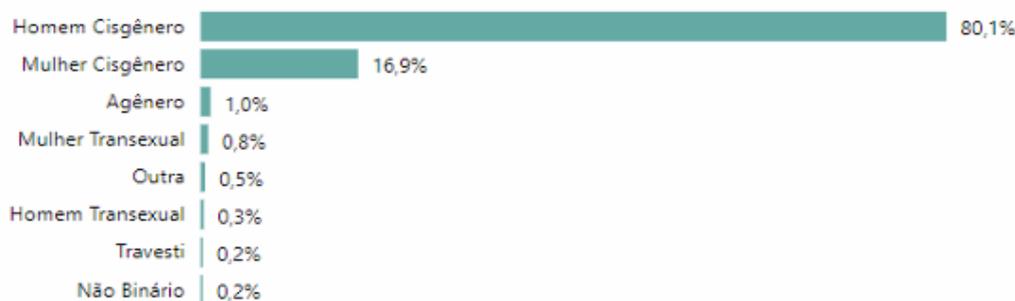


Gráfico 9: Você se identifica com o sexo que nasceu? (% válido)

Fonte: Censo do Município de São Paulo (QUALITEST/SMADS, 2019).

No Censo de 2021 da cidade de São Paulo temos nas informações demográficas sobre a PSR: sexo, idade, cor, identidade de gênero, dentre outras. Dentro da pergunta sobre a identidade de gênero apresentou-se as variáveis cisgênero, agênero, transexual, travesti e não binário<sup>3</sup>.

Gráfico com as variáveis demográficas da população em situação de rua em 2021 em SP



Fonte:  
Censo

Gráfico 7: Você se identifica com o sexo que nasceu? (% válido)

Fonte: Isso  
p. 20).

do Município de São Paulo (QUALITEST, 2021).

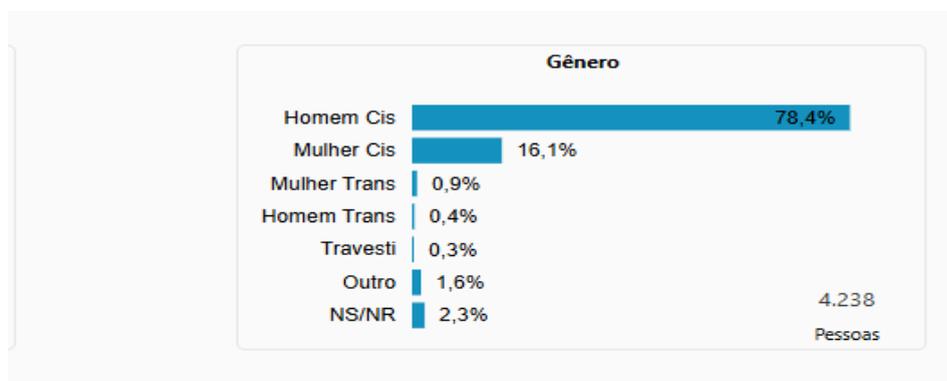
Observando os dados dos dois Censos, é possível verificar um aumento da população que se apresenta como pessoas Trans/Travesti/Âgenero/Não Binário/Outros entre 2019, representando 2,7% das pessoas em situação de rua, e 2021 representaram 3,0% da população.

No caso do município do Rio de Janeiro, analisamos os Censos de 2013 e 2018, pois no ano de 2016 o Censo utilizou uma metodologia diferente para contabilizar a população em situação de rua, dificultando a comparação em série histórica. Também examinamos os dois Censos elaborados durante a pandemia da COVID-19 no Rio de Janeiro com a PSR, para reconhecer os dados em relação a identidade de gênero.

O Censo da cidade do Rio de Janeiro no ano de 2013 em relação ao sexo de nascimento apresenta que a maioria constava como sendo do sexo masculino (81,8%) em relação ao sexo feminino (18,2%) (SMASDH, 2013). Não constam informações em relação a identidade de gênero e orientação sexual. No Censo de 2018, tivemos dados apenas sobre o sexo de nascimento e verificou-se um predomínio do sexo masculino (81%) com relação ao sexo feminino (19%) (IPP/SMASDH, 2018).

Em relação ao perfil da população em situação de rua no Censo do Rio de Janeiro no ano de 2020, os dados apontam poucas mudanças em relação aos outros Censos do município. Tivemos 5.871 (80,7%) de homens e 1.360 (18,7%) de mulheres. Na pergunta sobre identidade de gênero dos entrevistados percebemos que 3.323 se declararam homens cisgênero, 682 mulheres cisgênero, 38 mulheres transexual, 18 homens transexual, 13 travestis, 68 outros, 3.034 não identificado e NS/NR 96 pessoas (SADSSP, 2020).

Gráfico com as variáveis demográficas da população em situação de rua em 2020 no RJ



Fonte: Censo do Município do Rio de Janeiro (QUALITEST, 2020).



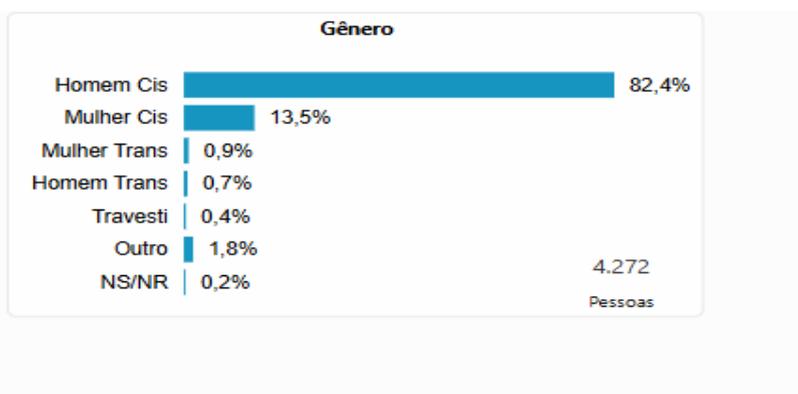
Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

No Censo de 2022, em relação as variáveis demográficas da PSR, a maioria dos entrevistados 6.443 (81,9%) era composta por homens e a minoria por mulheres 1.377 (18,1%). Em relação a identidade de gênero: 3.522 se declararam homens cisgênero, 578 mulheres cisgênero, 39 mulheres transexual, 30 homens transexual, 17 travestis, 76 outros, 3.593 não identificado e NS/NR 10 pessoas (IPP/SMAS/SMS, 2022).

Gráfico com as variáveis demográficas da população em situação de rua em 2022 no RJ



Fonte: Censo Município do Rio de Janeiro (QUALITEST, 2022).

Destacamos o crescimento da população que se apresenta com pessoas Trans/Travesti/Outros, do ano de 2020 para 2022, visto que tivemos aumento de 66,7% de homens trans. Destacamos que uma parcela significativa nos dois últimos Censos não fora identificada em relação à identidade de gênero<sup>4</sup>.

Para obter os dados sobre o grupo LGBTQIAPN+ que está em situação de rua, em âmbito nacional, analisamos os relatórios técnicos do IPEA<sup>5</sup>, o relatório “Incontáveis”<sup>6</sup>, o relatório “População em Situação de Rua – Diagnóstico e informações disponíveis em registros administrativos e sistema do governo federal”<sup>7</sup>, mas não encontramos referências sobre a identidade de gênero e orientação sexual. Verificamos que é necessário realizar uma nova pesquisa nacional sobre a população em situação de rua, incluindo informações sobre o grupo

<sup>4</sup>Disponível em: [Resultados | Censo de População em Situação de Rua \(arctis.com\)](https://arctis.com.br/Resultados-Censo-de-Populacao-em-Situacao-de-Rua)

<sup>5</sup>Disponível em: [NT\\_Estimativa\\_da\\_Populacao\\_Publicacao\\_Preliminar\\_Nota\\_103.pdf](#); [NT\\_73\\_Disoc\\_Estimativa\\_da\\_populacao\\_em\\_situacao\\_de\\_rua\\_no\\_Brasil.pdf](#); [NT\\_74\\_Diest\\_Disoc\\_Populacao\\_em\\_Situacao\\_de\\_Rua\\_em\\_Tempos\\_de\\_Pandemia.pdf](#)

<sup>6</sup>Disponível em: [Relatorio-Incontaveis-2021.pdf](#)

<sup>7</sup>Disponível em: [2022 RELATORIO\\_pop\\_rua\\_digital.pdf](#)

LGBTQIAPN+. A ausência de dados demonstra o descaso do poder público com esse segmento populacional, o que repercute no planejamento das políticas públicas destinadas a essa população.

As informações dos Censos do município de São Paulo e do Rio de Janeiro relevam que existe uma invisibilidade sobre a população em situação de rua LGBTQIAPN+. Nestes últimos 10 anos, entre 2009 e 2022 realizaram poucos Censos municipais. Somente nos últimos anos essas pesquisas abordaram perguntas sobre a identidade de gênero, o que reflete a dificuldade em construir um perfil desse segmento populacional.

Atualmente o Fórum da População em Situação de Rua, a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro e o Movimento Nacional de População em Situação de Rua (MNPSR) chama atenção para crescimento da população LGBTQIAPN+ em situação de rua. Diante de um cenário de vulnerabilidade e violação de direitos, faz-se necessidade de construção de políticas públicas específicas para aqueles que integram a comunidade LGBTQIAPN+.

A comunidade LGBTQIAPN+ que se declara e se apresenta à sociedade como pessoas de identidades de gênero e orientação sexual contrárias ao padrão cisheteronormativo, junto com os movimentos sociais, vem construindo lutas e resistências, afirmando suas identidades de gênero e orientações sexuais, se somando na luta contra os padrões hegemonicamente, ideologicamente e historicamente constituídos na sociedade capitalista.

## **2. POLÍTICAS PÚBLICAS ESPECÍFICAS NO RIO DE JANEIRO PARA A COMUNIDADE LGBTQIAPN+ EM SITUAÇÃO DE RUA**

Diante do crescimento da população em situação de rua LGBTQIAPN+, em um cenário marcado pelo governo Bolsonaro, com aumento dos aparatos de coerção e violência sobre a PSR, restando a esse segmento populacional as políticas públicas e programas focalizados e emergenciais. Para Netto (2012) no capitalismo tardio as respostas do Estado são barbarizantes para população pauperizada. Diante desse cenário, avaliamos ser importante analisar algumas políticas públicas que estão sendo direcionadas no município do Rio de Janeiro para esse grupo populacional que enfrenta inúmeros desafios para a sobrevivência nas ruas.

Atualmente a política de Assistência Social se tornou a principal política de atendimento à população em situação de rua, ela deveria promover o acesso a serviços e benefícios, porém, nos últimos anos, vem sofrendo desmonte e desfinanciamento. Os equipamentos sociais públicos de



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Assistência Social e da rede conveniada historicamente padecem de problemas sérios. Entre estruturas precárias e recursos humanos limitados cujas relações e condições de trabalho são em sua maioria extremamente precarizadas, encontram grandes dificuldades à consolidação de uma rede pública de serviços de qualidade (Mauriel; Silva; Silva, 2023).

Com base na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais existem os seguintes serviços específicos para a população em situação de rua: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP), Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (Paefi), Serviço Especializado em Abordagem Social, Serviço de Acolhimento Institucional (para adultos e famílias) e Serviço de Acolhimento em Repúblicas (para adultos em processo de saída das ruas) (Brasil, 2014).

Ao analisarmos o Censo SUAS de 2023, verificamos que no município do Rio de Janeiro há dois Centros POP funcionando nos seguintes bairros: Centro e Bonsucesso. Sendo os dois imóveis cedidos à prefeitura, funcionando 05 dias na semana, 08 horas por dia. O Centro POP do bairro do Centro possui uma equipe exclusiva para realizar o Serviço Especializado em Abordagem Social, já o Centro POP em Bonsucesso não possui a equipe exclusiva para Abordagem, os profissionais fazem a abordagem e realizam atividades e outro(s) serviço(s) no Centro POP<sup>8</sup>. Esses equipamentos visam ofertar acolhida, fortalecimento de vínculos, e trabalham a autonomia dos usuários. Alguns contam com espaços que permitem a higiene pessoal, a alimentação, a retirada da documentação civil e localizam referências familiares.

O município do Rio de Janeiro possui 14 CREAS, mas nenhum desses equipamentos têm equipe exclusiva para realizar o Serviço Especializado em Abordagem Social para a população em situação de rua. Todos os equipamentos informaram no Censo SUAS que realizam o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos (Paefi), incluindo o atendimento à pessoa em situação de rua.

Em relação às Unidades de Acolhimento Institucional (para adultos e famílias), há diversos tipos de serviços, como 14 unidades das Casas de Passagem nos seguintes bairros: Cordovil, Saúde, 02 na Taquara/Jacarepaguá, Botafogo, Guaratiba, Rio Comprido, Campo Grande, Sepetiba, Paciência, Realengo, Galeão, Freguesia e Santíssimo. Uma Central de Recepção para adultos e famílias, 02 Albergues localizados no bairro do Centro, 01 República para adultos em processo de saída das Ruas no Bairro Lins de Vasconcelos, 01 Unidade de acolhimento/Casa de passagem para migrantes e/ou refugiados. Esses equipamentos públicos visam ofertar moradia

<sup>8</sup>Disponível em: [Vigilância Socioassistencial – Secretaria Nacional de Assistência Social – Ministério da Cidadania \(mds.gov.br\)](https://www.mds.gov.br/vigilancia-socioassistencial).

provisória, alimentação, higiene pessoal, atenção à saúde, retirada de documentação, ao mesmo tempo em que promove condições para a saída das ruas<sup>9</sup>.

Na cidade do Rio de Janeiro há um grave problema em relação às unidades acolhimento, pois o Censo de 2022 identificou um total de 7.865 pessoas em situação de rua na cidade, onde 6.253 pessoas correspondem à maior parcela desse segmento permanecendo nas ruas (80%), enquanto 1.612 pessoas (20%) permanecem em instituições. A prefeitura do Rio disponibilizou em 2022 cerca de 2.200 vagas para acolhimento demarcando um déficit de mais de 5.665 vagas para atender a população em situação de rua no município (Silva, 2023).

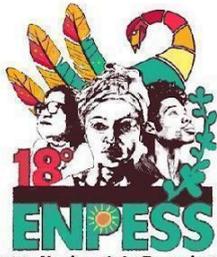
Durante a pandemia a prefeitura do Rio de Janeiro inaugurou o Centro Provisório de Acolhimento (CPA) para pessoas em situação de rua LGBTQIAPN+ localizado no Centro da cidade, com capacidade para 50 acolhimentos. No primeiro momento, o CPA buscou acolher esse grupo populacional visando os cuidados de prevenção a COVID-19. Este é um Centro exclusivo de acolhimento à população em situação de rua LGBTQIAPN+. A Secretaria Municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro (SMAS) conta com alas para esse segmento populacional nas outras unidades de acolhimento.

Em relação aos equipamentos voltados para a população LGBTQIAPN+, temos o Programa Rio Sem Homofobia que é responsável pela distribuição de 10 Centros de Cidadania LGBT em todo o estado. Os Centros de Cidadania são equipamentos públicos do Estado do Rio de Janeiro que ofertam atendimentos jurídico, social e psicológico à comunidade LGBTQIAPN+, além de funcionar como mobilizador em políticas públicas de combate à homofobia, à transfobia e de promoção da cidadania. Segundo informações do Governo Estadual, existem, no estado do Rio de Janeiro, 10 Centros de Referência da Cidadania LGBTQIAPN+, na Capital I, localizado no Centro do Rio de Janeiro; Baixada I, em Duque de Caxias; Baixada II, em Queimados; na Região Metropolitana, Niterói; na Região Litorânea, Arraial do Cabo e São Pedro da Aldeia; na Região Serrana, Nova Friburgo; no Sul Fluminense I, Volta Redonda; e no Sul Fluminense II, Miguel Pereira e Macae<sup>10</sup>.

Diante dos poucos direitos sociais para a população em situação de rua, se acumulavam denúncias de violência, higienização das ruas com recolhimento compulsório, internações. Verificamos um aprofundamento das situações de violência para o grupo LGBTQIAPN+, de acordo com o site Guia da Diversidade LGBT da Prefeitura do Rio que informa o número de

<sup>9</sup>Disponível em: [Vigilância Socioassistencial – Secretaria Nacional de Assistência Social – Ministério da Cidadania \(mds.gov.br\)](https://www.mds.gov.br).

<sup>10</sup>Disponível em: <https://www.abglt.org/rio-de-janeiro>



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

assassinatos entre essa população no Brasil. O Guia da Diversidade<sup>11</sup> diz que “somente no ano de 2017 registrou o alarmante índice de 445 homicídios desse tipo. Crimes que cresceram em 30%, se compararmos com o ano anterior quando foram registrados 343 casos”. Há registro de diversos crimes de homofobia, as violências praticadas contra todas as possibilidades de orientações, gêneros e sexualidades. A prefeitura disponibiliza diversos canais e centrais de denúncias para as diversas formas de violência enfrentadas pela comunidade LGBTQIAPN+.

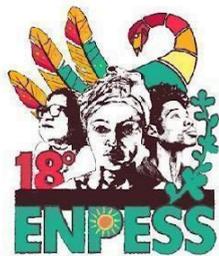
No âmbito da política de saúde, destacamos a atuação do Consultório na Rua (CR). Um serviço específico de atendimento à população em situação de rua que conta com equipes multiprofissionais da área de saúde fazendo atendimento fixo ou móvel, oferecendo cuidados básicos, prevenção, promoção da saúde e buscam maior articulação com os demais equipamentos da rede de saúde (Mauriel; Silva; Silva, 2023).

A população em situação de rua ainda conta com a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), que tem como finalidade a atenção à saúde para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas no Sistema Único de Saúde (SUS). É importante destacar que o município possui, entre os serviços de saúde mental para atender a PSR: “18 Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), 06 Centros de Atenção Psicossocial Álcool Outras Drogas (CAPSad) (02 deles com unidades de acolhimento para adultos (UAA)), 07 Centros de Atenção Psicossocial Infantil (CAPSi), totalizando 31 unidades especializadas próprias”<sup>12</sup>. Há uma luta dos movimentos sociais para a ampliação do cuidado e a internação nos hospitais gerais e a criação de outros dos (CAPS) para que a atenção em saúde mental seja de base comunitária/territorial.

Ao longo dos últimos anos foi possível observar o incentivo financeiro às Comunidades Terapêuticas - CT no município do Rio de Janeiro, onde o repasse de verba a essas instituições acarreta implicações para a implementação da Política Nacional de Saúde Mental, Álcool e Drogas. Durante o governo do prefeito Marcelo Crivella, no ano de 2019, tivemos um edital que propôs um “aumento de 225 vagas em comunidades terapêuticas, com um repasse de verba no valor de R\$2.700.000,00 (dois milhões e setecentos mil reais)”. Um processo de desmonte das políticas públicas, principalmente as de atenção à saúde e psicossocial, vinculadas ao incentivo às instituições privadas. Um novo edital em 2021 teve “previsão de abertura de novas 225 vagas com valor total previsto de R\$1,35 milhão de reais” (Mauriel; Silva; Silva, 2023, p. 212). O governo do prefeito Eduardo Paes seguiu a mesma política higienista e de ampliação de vagas nas CTs.

<sup>11</sup>Disponível em: [Guia da Diversidade LGBT – Prefeitura do Rio de Janeiro. Disponível em: multirio.rj.gov.br.](http://www.guiadiversidade.org.br/)

<sup>12</sup>Disponível em: [www.rio.rj.gov.br](http://www.rio.rj.gov.br)



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

A destinação de verba pública para as chamadas Comunidades Terapêuticas, por exemplo, em sua maioria ligadas à instituições religiosas, muitas das vezes está na contramão ao que preconiza a Política Nacional para as Pessoas em Situação de Rua, as políticas de saúde mental e a de drogas, impondo sobre essa população o recolhimento compulsório, sob uma perspectiva asilar e manicomial, assim como uma ideologia proibicionista para o tratamento de uso e abuso de álcool e outras drogas (Silva, 2024).

Para as pessoas em situação de rua e o grupo LGBTQIAPN+ são conduzidas políticas públicas assistencialistas, focalizadas e emergenciais, com o uso de ações de recolhimento, sob a perspectiva higienistas, racista, machista, homofobia, violentas que aprofundam a situação de barbárie que essas pessoas vivenciam. O Estado impõe sobre a parcela dessa população uma política expressa em recolhimento compulsório, criminalização, aprisionamento e extermínio.

Diante do enfrentamento da crise, as medidas neoliberais adotadas pelo Estado levam ao aprofundamento do desfinanciamento das políticas sociais, ao mesmo tempo em que se ampliou o ultrafocalismo, o assistencialismo e o conservadorismo na assistência social, na saúde e saúde mental, que como analisamos, se trata de políticas centrais de atendimento à população em situação de rua LGBTQIAPN+.

Destacamos a ampliação das organizações sociais sem fins lucrativos no atendimento, acolhimento, serviços e projetos para a população em situação de rua e o grupo LGBTQIAPN+. Apresentaremos três instituições que trabalham diretamente com esse segmento populacional no município do Rio de Janeiro: o Projeto RUAS, Todos Pela Vidda e o Projeto Transportar.

O Projeto RUAS (Ronda Urbana de Amigos Solidários) busca construir oportunidades para a PSR, visando o acesso a direitos sociais e apresentando uma iniciativa inovadora com o Programa Habitação Primeiro que funciona desde 2017. Sendo que seu objetivo é fazer com que as pessoas em situação de rua tenham uma moradia como etapa inicial e depois acessar outros serviços e programas como emprego, educação, lazer. O projeto também realiza rodas de conversa que promovem uma conexão entre pessoas em situação de rua e residentes em seu entorno, visando ofertar orientação médica e jurídica, atividades lúdicas de reflexão, informação e geração de rede, acesso aos serviços e a cidadania<sup>13</sup>. Dentro desse trabalho está o acolhimento às pessoas LGBTQIAPN+ que estão em situação de rua.

O Grupo Pela Vidda (Pela Valorização, Integração e Dignidade do Doente de Aids) é uma organização não governamental, instituição privada de fins públicos, sem fins lucrativos. Atua

---

<sup>13</sup> Disponível em: <https://projeturuas.org.br>



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

principalmente com pessoas vivendo com o vírus da Aids e contra qualquer discriminação e/ou preconceito contra as pessoas com este vírus, seus familiares, amigos e companheiros. Destacamos que em 2023 o Grupo Pela Vidda inaugurou o Centro de Acolhimento e Promoção do Combate à Violência LGBTIfóbica, com a parceria do governo federal por meio do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, com o governo estadual e municipal com o apoio do Programa Rio Sem LGTBIfobia, com parceria da Clínica Psicanalítica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e o Instituto Brasileiro de Medicina de Reabilitação (IBMR).

O Centro visa o acolhimento direto às vítimas de violência LGBTQIAPN+, buscando o enfrentamento de situações de agressão e discriminação, oferecendo principalmente o suporte jurídico para as vítimas de violência. Visto que a população LGBTQIAPN+ enfrenta diversas barreiras para denunciar a violência vivida, este grupo em situação de rua é constantemente negligenciado pelo poder público, sofrendo uma dupla violência nas delegacias de polícia e outros espaços de denúncia.

O Projeto Transportar é uma parceria do Museu do Amanhã com o Coletivo TransParente (um coletivo de artistas e militantes LGBTQ+ que acredita na arte e na cultura). No museu é oferecida oficina de arte para um grupo de pessoas em situação de rua, com aulas de teatro, atividades de música e ensaios. A iniciativa busca resgatar a dignidade, levar a arte, música e cultura, entre seus objetivos capacitar o grupo LGBTQIAPN+ em situação de rua e fortalecer para que ocupem todos os espaços.

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Como mostramos ao longo do texto, diversas pesquisas, relatórios, Censos apontam para um processo de invisibilidade quando se trata do grupo LGBTQIAPN+ que está em situação de rua. Analisando os Censos de São Paulo e Rio de Janeiro, observamos um aumento no número de pessoas LGBTQIAPN+ em situação de rua, impulsionado por baixa escolarização, falta de qualificação profissional e preconceitos diversos. Os dados históricos dos Censos mostram uma predominância masculina nesta população, com uma pequena inclusão de variáveis relacionadas à identidade de gênero a partir do ano de 2019. Porém, ainda não é possível construir um perfil desse segmento populacional que está nas ruas.

O estudo das políticas públicas direcionadas à população LGBTQIAPN+ em situação de rua no Rio de Janeiro revela uma série de desafios e insuficiências no atendimento a este grupo



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

vulnerável. Embora a política de Assistência Social seja a principal responsável pelo atendimento, ela tem enfrentado desmonte e desfinanciamento, e o repasse de verba pública para as comunidades terapêuticas. Existem alguns serviços públicos específicos para o PSR, como os Centros POP e as unidades de acolhimento, mas a capacidade é insuficiente para atender a demanda crescente. A inauguração do Centro Provisório de Acolhimento para LGBTQIAPN+ durante a pandemia foi uma medida emergencial, mas não resolve a falta de vagas de acolhimento.

Além disso, a discriminação, a violência e a falta de políticas públicas efetivas agravam a situação dessa população. Iniciativas como o Projeto RUAS, o Grupo Pela Vidda e o Projeto Transportar oferecem suporte importante, promovendo acesso à direitos, acolhimento, suporte jurídico e atividades culturais. No entanto, a ação governamental ainda é insuficiente, sendo marcada por políticas assistencialistas e emergenciais, muitas vezes acompanhadas de medidas higienistas e repressivas.

É essencial um outro olhar para a população em situação de rua LGBTQIAPN+, um grupo que vivência a dupla violência nas ruas, onde essa análise destaca a necessidade urgente de políticas sociais que abordem as complexas e multifacetadas necessidades desta população, visando garantir seus direitos e políticas públicas, como a construção de novos Centros de Acolhimento, CentroPOP, CAPS, consultórios na rua, vinculados a política de moradia e trabalho. Para a PSR LGBTQIAPN+ a luta e a resistência passam pelo enfrentamento a discriminação, a violência, ao racismo, ao machismo e a homofobia.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Privilégio da servidão**. São Paulo: Boitempo, 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua**. Brasília, 2008. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm) Acesso em: 18 ago. 2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília: MDS, 2014. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Normativas/tipificacao.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf). Acesso em: 06 nov. 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Secretaria Nacional de Assistência Social. Departamento de Gestão do



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Sistema Único de Assistência Social. Coordenação Geral dos Serviços de Vigilância Socioassistencial. **CENSO SUAS 2023**. Brasília. MDS, SNAS, DGSSUAS, GGSVIS, 2022. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/snas/vigilancia/index2.php> Acesso em: 15 nov. 2023.

BRASIL. **Relatório preliminar população em situação de rua** – diagnóstico com base nos dados e informações disponíveis em registros administrativos e sistemas do governo federal. 2023. Disponível em: [https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/populacao-em-situacao-de-rua/publicacoes/relat\\_pop\\_rua\\_digital.pdf](https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/populacao-em-situacao-de-rua/publicacoes/relat_pop_rua_digital.pdf). Acesso em: 23 out. 2023.

DIAS, André Luiz Freitas (org). **Dados referentes ao fenômeno da população em situação de rua no Brasil** – Relatório técnico-científico – Plataforma de Atenção em Direitos Humanos, Programa Polos de Cidadania, Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, MG: Marginália Comunicação, 2021. Disponível em: <https://polos.direito.ufmg.br/wp-content/uploads/2021/07/Relatorio-Incontaveis-2021.pdf> . Acesso em: 30 jun. 2022.

FUNDAÇÃO ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE SÃO PAULO. **Censo e caracterização socioeconômica da população em situação de rua na municipalidade de São Paulo (2011)**. São Paulo/SP, 2012. Disponível em: [https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/direitos\\_humanos/censoecharacteriz.pdf](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/direitos_humanos/censoecharacteriz.pdf) Acesso em: 18 ago. 2023.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **O Rio em perspectiva**: um diagnóstico de escolhas públicas. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: [http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/1753111/4188214/DAP\\_20170406\\_Relatorio\\_FINAL\\_23h35H1.pdf](http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/1753111/4188214/DAP_20170406_Relatorio_FINAL_23h35H1.pdf). Acesso em: 05 mar. 2023.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS. **Censo da população de moradores em situação de rua e caracterização socioeconômica da população adulta na cidade de São Paulo**. São Paulo/SP, 2009. Disponível em: [https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/00-publicacao\\_de\\_editais/2009\\_01.pdf](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/00-publicacao_de_editais/2009_01.pdf) Acesso em: 11 maio 2023.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS. **Pesquisa censitária da população em situação de rua, caracterização socioeconômica da população adulta em situação de rua e relatório temático de identificação das necessidades desta população na cidade de São Paulo**. São Paulo/SP, 2015. Disponível em: [https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/00-publicacao\\_de\\_editais/0001.pdf](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/00-publicacao_de_editais/0001.pdf) Acesso em: 03 set. 2023.

INSTITUTO PEREIRA PASSOS. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS. **Levantamento somos todos cariocas**. Rio de Janeiro/RJ, 2018. Disponível em: <http://www.data.rio/datasets/b228e77d360842d3896c858912>. Acesso em: 05 mar. 2023.

INSTITUTO PEREIRA PASSOS. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SMAS). **Censo de população em situação de rua 2020** – entrevistas (resultados gerais). Rio de



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Janeiro/RJ, 2020. Disponível em:  
<https://www.data.rio/documents/97d55e185d114698ac5472f6f1c43758/about>. Acesso em: 24 jan. 2023.

INSTITUTO PEREIRA PASSOS. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SMAS). SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SMS). **Censo de população em situação de rua 2022** – entrevistas (resultados gerais). Rio de Janeiro/RJ, 2022. Disponível em:  
<https://www.data.rio/documents/64fc9f1756b64f05827a54de8c89a5ed/about>. Acesso em: 05 mar. 2023.

MACHADO, R. W. G. População LGBTQIA+ em situação de rua: assistência social em debate. **GÊNERO**, Niterói, v. 22, n. 2, p. 29-51, 2022.

MAURIEL, Ana Paula Ornellas; SILVA, Ana Paula Cardoso da; SILVA, Bianca Resende da. Balanço sobre o crescimento e o atendimento da população em situação de rua no governo Bolsonaro. In: PEREIRA, Larissa Dahmer; BARBOZA, Douglas Ribeiro. (Org.). **Contrarreformas e expropriação de direitos no terreno da ortodoxia liberal**: perspectivas críticas para a análise da realidade brasileira.. 1ed. Uberlândia: Navegando, 2023, v. 1, p. 195-219.

NATALINO. M. A. C. **Estimativa da população em situação de rua no Brasil**: setembro de 2012 a março de 2020. Brasília: IPEA, 2020. Disponível em:  
[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10074/1/NT\\_73\\_Disoc\\_Estimativa%20da%20populacao%20em%20situacao%20de%20rua%20no%20Brasil.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10074/1/NT_73_Disoc_Estimativa%20da%20populacao%20em%20situacao%20de%20rua%20no%20Brasil.pdf). Acesso em: 20 jan. 2022.

NATALINO. M. A. C. **Estimativa da população em situação de rua no Brasil (2012-2022)**. Brasília: IPEA, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/11604> Acesso em: 20 ago. 2023.

NETTO, J. P. Capitalismo e barbárie contemporânea. *Argumentum*, v. 4, n. 1, jan.-jun. 2012. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/2028>. Acesso em: 10 set. 2021.

RIO DE JANEIRO. **População de rua 2013**: um direito à cidade. 2013. Disponível em:  
<https://rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4576565/4118206/PesquisaCenso.pdf> Acesso em: 10 nov. 2018.

RIO DE JANEIRO. **População de rua 2020**: um direito à cidade. 2020. Disponível em:  
[Resumo\\_Censo\\_2020 RJ.pdf](#). Acesso em: 10 nov. 2020.

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE SÃO PAULO. QUALITEST INTELIGÊNCIA EM PESQUISA. **Pesquisa censitária da população em situação de rua**. São Paulo/SP, 2019. Disponível em:  
[https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia\\_social/observatorio\\_socioassistencial/pesquisas/index.php?p=18626](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia_social/observatorio_socioassistencial/pesquisas/index.php?p=18626) Acesso em: 30 jun. 2022.

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE SÃO PAULO; QUALITEST INTELIGÊNCIA EM PESQUISA. **Pesquisa censitária da população em situação de rua**. São Paulo/SP, 2021. Disponível em:  
[https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia\\_social/observatorio\\_socioassistencial/pesquisas/index.php?p=18626](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia_social/observatorio_socioassistencial/pesquisas/index.php?p=18626) Acesso em: 30 jun. 2022.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

SILVA, B. R. da. Não somos invisíveis: o crescimento da população em situação de rua no contexto recente: o caso da cidade de Niterói. **Dissertação de Mestrado**. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional – Universidade Federal Fluminense. Niterói/RJ, 2023.

SILVA, T. D.; NATALINO, M. A. C.; PINHEIRO, M. B. **População em situação de rua em tempos de pandemia**: um levantamento de medidas municipais emergenciais. Brasília: IPEA, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10078> Acesso em: 20 jan. 2022.

SANTOS, J. F. O público LGBT em situação de rua e seus direitos na cidade de Belo Horizonte. In. **Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Vitória/ES, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/23488> Acesso em: 10 jun. 2024.